

INTERSECCIONANDO A SUPERVISÃO NA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: EXPERIÊNCIAS PÓS-ROGERIANAS COM ESTUDANTES E PROFISSIONAIS

¹Virginia Teles Carneiro, ²Isadora Dias Gomes

1 Doutorado em Psicologia, Professora Associada da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: virginia.teles@professor.ufcg.edu.br

2 Doutorado em Psicologia, Psicoterapeuta e Supervisora Clínica. E-mail: isadoradg@gmail.com

RESUMO

Este relato de experiência examina a integração da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) com a perspectiva da interseccionalidade na supervisão clínica com estudantes de psicologia e profissionais atuantes. O objetivo é discutir os desafios e as possibilidades de uma supervisão que reconheça como marcadores sociais como raça, gênero e classe atravessam a experiência de psicoterapeutas e seus clientes. Metodologicamente, o trabalho se baseia na análise reflexiva das vivências de duas supervisoras em diferentes contextos: a supervisão em grupo de estagiários em uma universidade pública e a supervisão de profissionais em um grupo privado com foco na clínica interseccional. Os resultados apontam para a importância de criar espaços de supervisão que promovam a reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder, o reconhecimento das identidades plurais e a valorização das experiências diversas. A explicitação das diferenças e o acolhimento das vivências dos terapeutas emergem como elementos cruciais para o desenvolvimento de uma prática clínica mais consciente, ética e comprometida com a equidade. Conclui-se que a incorporação da interseccionalidade na supervisão da ACP enriquece a formação e a prática dos psicoterapeutas, preparando-os para lidar com a complexidade da experiência humana em sua totalidade.

Palavras-chave: Supervisão Clínica; Abordagem Centrada na Pessoa; Interseccionalidade; Formação de Psicólogos; Prática Clínica.

**INTERSECTING SUPERVISION INTO A PERSON-CENTERED APPROACH:
POST-ROGERIAN EXPERIENCES WITH STUDENTS AND PROFESSIONALS**

ABSTRACT

This experience report examines the integration of the Person-Centered Approach (PCA) with the perspective of intersectionality in clinical supervision with psychology students and practicing professionals. The objective is to discuss the challenges and possibilities of supervision that recognizes how social markers such as race, gender, and class permeate the experience of psychotherapists and their clients. Methodologically, the work is based on the reflective analysis of the experiences of two supervisors in different contexts: group supervision of interns at a public university and supervision of professionals in a private group focused on intersectional clinical practice. The results point to the importance of creating supervision spaces that promote critical reflection on power dynamics, recognition of plural identities, and appreciation of diverse experiences. Making differences explicit and accepting therapists' experiences emerge as crucial elements for the development of a more conscious, ethical, and equality-committed clinical practice. It is concluded that the incorporation of intersectionality in the supervision of ACP enriches the training and practice of psychotherapists, preparing them to deal with the complexity of the human experience in its entirety.

Keywords: Clinical Supervision; Person-Centered Approach; Intersectionality; Psychologist Training; Clinical Practice.

INTRODUÇÃO

A supervisão clínica não é apenas um requisito da formação em psicoterapia; é um espaço vivo de transformação, onde se entrelaçam aprendizado técnico, crescimento pessoal e a construção de um olhar crítico sobre a prática. Mais do que um momento de refinamento profissional, ela permite que terapeutas — iniciantes ou experientes — confrontem inseguranças, revisitem valores e ampliem a compreensão sobre si mesmos e sobre as relações que se desenrolam no setting terapêutico. No contexto da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), a supervisão se estrutura a partir de um ambiente que fomenta autonomia e congruência, incentivando o amadurecimento do terapeuta em múltiplas dimensões. No entanto, para que cumpra melhor sua função, é essencial que considere as dinâmicas sociais que atravessam a experiência dos terapeutas e de seus clientes, reconhecendo que processos subjetivos e terapêuticos são também atravessados por interseccionalidades.

A interseccionalidade refere-se à interação entre diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros, que impactam a experiência dos indivíduos de maneira complexa (1, 2). Esse conceito surgiu no feminismo negro como uma resposta à limitação de análises que tratavam essas categorias de forma isolada, sem considerar a forma como se entrelaçam para produzir diferentes formas de opressão e privilégio. Inicialmente formulada para diferenciar as opressões vividas por mulheres negras e brancas, a interseccionalidade nos ajuda a compreender como determinadas pessoas enfrentam barreiras estruturais específicas, que não podem ser explicadas apenas por um único fator de identidade. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil, a interseccionalidade se torna um recurso analítico essencial. Isso

ocorre porque as opressões se acumulam e interagem de maneiras específicas, tornando invisíveis algumas experiências e dificultando o acesso equitativo a serviços, incluindo a psicoterapia e a supervisão clínica.

A ACP nasceu nos Estados Unidos na década de 1940, e seus principais fundamentos para a prática clínica foram desenvolvidos por Carl Rogers ao longo das décadas de 1940 e 1950. Esse foi um período em que a psicoterapia era restrita a determinados segmentos da população, sendo pouco acessível a grupos socialmente marginalizados. É possível levantar a hipótese que os clientes atendidos por Rogers e aqueles que participaram das gravações que serviram de base para suas pesquisas possuíam um perfil pouco diversificado no que se refere à raça, gênero, sexualidade e inclinação religiosa. É provável que, apesar de sua proposta inovadora e profundamente humanista, a ACP foi inicialmente formulada em um contexto social que não contemplava plenamente a diversidade humana.

Nos últimos anos, tem se tornado cada vez mais evidente a necessidade de introduzir elementos da estrutura social como parte fundamental do que torna uma pessoa uma pessoa. Nesse sentido, a ACP brasileira tem se aproximado de temáticas ligadas à justiça social, ampliando sua compreensão sobre a experiência humana de forma mais complexa e situada historicamente. Esse movimento reflete uma crítica mais vasta ao caráter universalizante da psicoterapia, universalização esta que está imbricado na colonialidade do saber (3). A colonialidade, entendida como a permanência de hierarquias coloniais no conhecimento e nas relações sociais, influencia a forma como compreendemos a subjetividade, muitas vezes ignorando experiências situadas fora dos referenciais eurocêntricos. No campo da supervisão clínica, essa discussão se torna ainda mais relevante, uma vez que a construção da identidade profissional dos psicoterapeutas é contínua e demanda um olhar que abarque as múltiplas camadas que compõem sua experiência subjetiva.

Este relato de experiência examina a integração entre a ACP e a interseccionalidade na supervisão clínica, com base nas vivências de duas supervisoras: uma que acompanha estagiários em formação e outra que supervisiona profissionais já atuantes. O objetivo é discutir os desafios e as possibilidades de uma supervisão que reconheça como as diferenças sociais e as múltiplas camadas de identidade atravessam a experiência de psicoterapeutas e seus clientes.

REPENSANDO A SUPERVISÃO NA ACP: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers (4), tem como princípio fundamental a crença na tendência atualizante do indivíduo – a capacidade inata de crescimento e desenvolvimento em direção à autorrealização. Quando aplicada à supervisão clínica, essa perspectiva implica que o supervisor deve atuar como facilitador do crescimento do supervisionando, proporcionando um ambiente seguro, empático e livre de

julgamentos. Esse espaço permite que o supervisionando explore sua identidade profissional e fortaleça sua autoconfiança como terapeuta (5).

Na supervisão baseada na ACP, a relação entre supervisor e supervisionando deve ser pautada pelos mesmos princípios que fundamentam a relação terapêutica: autenticidade, consideração positiva incondicional e empatia (6). Isso significa que o supervisor não deve impor um modelo rígido de prática clínica, mas sim auxiliar o supervisionando a desenvolver sua própria forma de atuar, respeitando suas singularidades e valores pessoais (7).

Além disso, a criação de um espaço de segurança relacional (8) é essencial para que o supervisionando se sinta encorajado a compartilhar dificuldades, dúvidas e inseguranças sem medo de julgamento ou punição. Dessa forma, a supervisão não apenas contribui para o desenvolvimento técnico do terapeuta, mas também promove sua maturidade emocional e reflexividade crítica.

A supervisão clínica, historicamente voltada para o desenvolvimento de habilidades técnicas e teóricas dos terapeutas, tem se transformado ao longo do tempo, incorporando perspectivas que ampliam a compreensão das dinâmicas envolvidas no processo terapêutico. Entre essas perspectivas, a interseccionalidade emerge como uma ferramenta essencial para reconhecer a complexidade das identidades e experiências humanas.

O conceito de interseccionalidade foi inicialmente formulado por Kimberlé Crenshaw para descrever como diferentes formas de opressão – como racismo, sexism e classismo – interagem para moldar experiências individuais e coletivas de maneira complexa (1). Essa perspectiva crítica foi posteriormente expandida (2), na direção de enfatizar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica essencial para compreender as dinâmicas de poder nas sociedades contemporâneas. As autoras evidenciam como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, classe, orientação sexual e deficiência, interagem e moldam as vivências dos indivíduos.

Na supervisão clínica, essa abordagem convida supervisores e supervisionandos a refletirem sobre o impacto dessas intersecções tanto na relação terapêutica quanto no desenvolvimento profissional do terapeuta (9). Um dos principais desafios dessa abordagem está na ampliação da consciência sobre poder e privilégio dentro do processo de supervisão. Tanto supervisores quanto supervisionandos precisam reconhecer como suas próprias posições sociais influenciam a forma como percebem e conduzem a prática clínica. Isso implica a busca por identificar vieses oriundos de condicionamentos culturais que podem atravessar o processo terapêutico, impactando desde o contato inicial com o cliente até a escolha das intervenções, mas que nem sempre estão evidentes na consciência do terapeuta.

Além disso, a interseccionalidade convida à revisão crítica dos modelos tradicionais de supervisão, que frequentemente reproduzem hierarquias rígidas entre supervisor e supervisionando. No entanto, a segurança relacional é fundamental para que a supervisão seja efetiva (8) e isso só é possível quando há um esforço consciente para reduzir as assimetrias de poder e promover um diálogo genuíno e horizontal.

A integração entre a ACP e a interseccionalidade na supervisão clínica demanda uma ampliação dos conceitos de empatia e consideração positiva incondicional. É

fundamental reconhecer que diferentes experiências sociais resultam em variadas necessidades. Assim, quando se considera que a educação e a formação de profissionais devem ser práticas de liberdade (10), isso implica que esses processos devem também promover a reflexão crítica e a transformação das estruturas opressivas.

Essa perspectiva demanda que os supervisores não apenas ofereçam um ambiente acolhedor, mas também estejam atentos às dinâmicas de poder presentes na supervisão e na prática clínica. Isso implica, por exemplo, questionar normas implícitas sobre o que constitui uma "boa" prática terapêutica e reconhecer que diferentes contextos culturais podem gerar diferentes formas de sofrimento e estratégias de enfrentamento.

Outro aspecto essencial da supervisão interseccional é a valorização das experiências e saberes diversos. Rogers enfatizava a importância da experiência subjetiva na construção do conhecimento, mas essa experiência deve ser situada em um contexto social mais amplo (11). Assim, a supervisão deve ser um espaço no qual os supervisionandos possam explorar como suas identidades e histórias de vida influenciam sua prática clínica e, ao mesmo tempo, desenvolver uma escuta atenta às experiências dos clientes. A partir da ampliação dos conceitos básicos em ACP, a noção de "empatia relacional" também contribui para este ponto (12), já que o terapeuta deve compreender o funcionamento psíquico de uma pessoa levando em consideração não apenas os aspectos individuais, mas também os contextuais. Nesse sentido a autora enfatiza que, para o terapeuta, possuir um amplo repertório de vivências e práticas culturais pode ser muito útil para ajudar o cliente a acessar a sua experiência.

A interseccionalidade não só nos ajuda a compreender como diferentes marcadores sociais impactam a relação terapêutica, como também o próprio processo de formação do terapeuta. Por exemplo, para pessoas negras e de origem pobre, ocupar a posição de psicoterapeuta pode ser um desafio significativo. A história da psicologia clínica no Brasil, marcada pelo elitismo e pelo acesso restrito às formações de qualidade, faz com que muitas dessas pessoas enfrentem dificuldades em se reconhecer como pertencentes a esse espaço. O sentimento de não pertencimento pode ser reforçado pela ausência de representatividade em cursos de formação, supervisores e referências bibliográficas, além da experiência de microagressões e invalidações que afetam sua confiança e desenvolvimento profissional (13). Nesse sentido, é essencial que os supervisores desenvolvam uma consciência crítica sobre seus próprios vieses e sobre a forma como esses vieses podem afetar suas interações com os supervisionandos.

A incorporação da interseccionalidade na supervisão clínica implica, portanto, uma revisão crítica dos pressupostos da ACP. Embora a ênfase na experiência subjetiva e na autodeterminação do cliente sejam fundamentais, é preciso reconhecer que essa experiência é sempre mediada por fatores sociais e históricos. Nosso posicionamento é o de que uma ACP que ignora as estruturas de poder e as desigualdades sociais corre o risco de reforçar o status quo, ao invés de promover mudanças significativas na vida dos clientes (14).

Dessa forma, ao integrar a interseccionalidade na supervisão, cria-se um ambiente que não apenas aprimora a formação clínica dos terapeutas, mas também promove uma prática mais consciente e comprometida com a equidade. Esse enfoque estimula a reflexão crítica sobre estruturas de opressão e privilégio, incentivando a adoção de estratégias que

ampliem o acesso a cuidados psicológicos culturalmente responsivos. A supervisão interseccional não se restringe a um aprimoramento técnico, mas se estabelece como um compromisso com uma clínica mais inclusiva e eticamente orientada.

A integração da ACP e da interseccionalidade na supervisão clínica exige um compromisso com a reflexividade e a autoconsciência. O supervisor precisa estar atento às suas próprias identidades e preconceitos, buscando compreender como eles podem influenciar sua prática. Além disso, é fundamental criar um espaço de diálogo aberto e seguro, onde os supervisionandos se sintam à vontade para compartilhar suas experiências e questionamentos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este relato busca apresentar e refletir sobre as experiências de supervisão realizadas no contexto da ACP, articuladas a uma perspectiva interseccional. A partir de vivências concretas, compartilhamos desafios, aprendizados e reflexões que emergiram no processo de supervisão, tanto com estudantes de psicologia quanto com profissionais já formados.

Diante da necessidade de sistematizar nossas experiências de supervisão de forma clara e concisa, adotamos um método colaborativo e flexível. Inicialmente, realizamos um diálogo para identificar temas e situações recorrentes. Em seguida, elaboramos um roteiro compartilhado, definindo os principais tópicos a serem abordados no relato: (a) contextualização da supervisão e dos participantes; (b) relato de situações que ilustram os desafios e aprendizados vivenciados; e (c) reflexões e aprendizados à luz das experiências em supervisão, articulando a ACP e a perspectiva interseccional.

O relato será dividido em duas partes: na primeira, abordaremos as experiências de supervisão com estudantes, destacando como a interseccionalidade se fez presente na construção do espaço de aprendizado e desenvolvimento profissional. Na segunda, discutiremos a supervisão com profissionais, trazendo reflexões sobre os impactos da trajetória pessoal e profissional na prática clínica.

Mais do que descrever as experiências vivenciadas, buscamos estabelecer um diálogo crítico entre a prática e o referencial teórico que embasa este trabalho. Assim, a proposta é que este relato contribua para o aprimoramento da supervisão clínica em contextos diversos, ampliando a compreensão sobre as dinâmicas de poder, pertencimento e equidade na formação de psicoterapeutas.

Supervisão na formação de estudantes

As experiências de supervisão aqui relatadas ocorreram no [parte omitida para não identificar a autoria] onde uma das autoras atua como docente. As supervisões foram realizadas em grupo, com uma média de seis estudantes dos oitavo, nono e décimo períodos do curso de Psicologia. Os encontros aconteceram semanalmente, com duração

variável entre duas e quatro horas, a depender do período em que os estudantes estavam matriculados.

Os estudantes do oitavo período atuaram na modalidade de Plantão Psicológico em diferentes Policlínicas Municipais de [parte omitida para não identificar a autoria]. O público atendido é bastante diverso, mas, em sua maioria, composto por mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social.

Já os estudantes do nono e décimo períodos realizaram atendimentos psicoterapêuticos individuais com pessoas adultas que se inscreveram para acompanhamento no [parte omitida para não identificar a autoria]. O público atendido nesse contexto também é majoritariamente feminino e de baixa renda. No entanto, diferentemente do Plantão Psicológico nas policlínicas, muitos dos usuários do [parte omitida para não identificar a autoria] não se encontram em condição de alta vulnerabilidade social. Mais da metade das pessoas atendidas são estudantes universitários, o que lhes confere maior acesso à informação, serviços e benefícios.

A supervisão clínica, no contexto da formação de psicólogos, tem como objetivo principal não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas a construção de uma identidade profissional que integre reflexão crítica, sensibilidade ética e compromisso com a complexidade da experiência humana. No caso dos estudantes que supervisiono, a supervisão se constitui como um espaço de aprendizado que vai além do desenvolvimento de habilidades terapêuticas. Trata-se de um processo que busca formar profissionais que sejam capazes de se relacionar de maneira autêntica, compreender a singularidade de cada cliente e reconhecer as forças estruturais que atravessam o sofrimento psíquico.

Sou uma mulher branca, cisgênero, de classe média alta e há quase vinte anos atuo como supervisora clínica em universidades públicas, acompanhando a formação de futuros psicólogos. Durante boa parte desse tempo, minha supervisão esteve fundamentada exclusivamente nos princípios tradicionais da ACP, com ênfase na criação de um ambiente de aprendizado baseado na congruência, consideração incondicional e compreensão empática. No entanto, nos últimos sete anos, comecei a perceber que a supervisão precisava se transformar para incluir um olhar mais culturalmente sensível. Essa percepção emergiu a partir tanto da prática como de estudos teóricos. O contato com estudantes e clientes em situação de vulnerabilidade social evidenciou lacunas na forma como estávamos preparando os plantonistas e psicoterapeutas para lidar com a diversidade humana e com as desigualdades estruturais que atravessam a experiência subjetiva. Isso foi evidenciado a partir de estudos sobre raça, racismo, branquitude, gênero e classe, que me trouxeram inquietações acerca de mudanças necessárias na prática da supervisão e me fez desenvolver, em paralelo, atividades de pesquisa.

O atendimento a pessoas em vulnerabilidade social trouxe à tona questões que não estavam suficientemente contempladas nos referenciais tradicionais da ACP. A escuta clínica com clientes que vivenciam desigualdades estruturais exige que os futuros psicoterapeutas desenvolvam um olhar mais atento para a interseccionalidade. A maioria das abordagens psicoterapêuticas, incluindo a ACP em sua formulação original, foi construída sem a participação de pessoas que historicamente estiveram à margem dos espaços de produção de conhecimento. Essa lacuna tem impactos diretos na formação dos psicólogos, que muitas vezes chegam à prática sem ferramentas para compreender como

raça, classe, gênero e outros marcadores influenciam a experiência subjetiva de seus clientes.

Diante disso, venho incorporando, na supervisão, reflexões sobre a interseccionalidade, incentivando os estudantes a se questionarem: quem são as pessoas que estão chegando até nós? Quais as barreiras que enfrentam para acessar os serviços psicológicos? Como a nossa escuta pode ser ampliada para abarcar essas vivências de forma mais sensível e politicamente consciente?

Sensibilizar os estagiários para as questões estruturais que atravessam a clínica não é uma tarefa simples. O impacto das desigualdades sociais nos atendimentos muitas vezes não é imediatamente evidente para quem ainda está construindo sua identidade profissional, especialmente quando os referenciais de formação pouco enfatizam a interseccionalidade como um aspecto essencial da prática. Por isso, a supervisão precisa ser não apenas um espaço de aprendizado técnico, mas um campo vivo de reflexão sobre as dinâmicas de poder que atravessam tanto a relação terapeuta-cliente quanto o próprio processo de formação.

A melhor forma de promover essa sensibilidade não é apenas indicar leituras—embora elas sejam fundamentais—, mas criar, na própria supervisão, uma experiência que favoreça essa percepção. Desde o primeiro encontro, incentivo a reflexão sobre as influências culturais e sociais que moldam nossa escuta clínica. Além de discutirmos expectativas e motivações para a escolha do estágio, proponho atividades que ajudam os estagiários a reconhecer como sua identidade e trajetória impactam sua prática profissional. Um dos recursos que utilizo é um questionário amplo, que convida à reflexão sobre marcadores como raça, gênero, classe social e sexualidade. Não se trata de um exercício burocrático, mas de um convite para que cada um perceba como sua posição social influencia sua forma de compreender o sofrimento do outro e de se relacionar com os clientes.

Ao longo das supervisões, procuro estabelecer um ambiente de confiança para que essas discussões possam emergir organicamente. Compartilhar aspectos da minha própria trajetória tem sido uma estratégia valiosa para tornar essas conversas mais acessíveis, evitando que se tornem apenas abstrações teóricas. Falar sobre minhas experiências e reconhecer as posições de privilégio que ocupo ajuda a evidenciar as assimetrias presentes no grupo e nas relações terapêuticas. Esse movimento encontra ressonância na proposta de uma pedagogia engajada (10), que entende que a aprendizagem mais transformadora ocorre quando há uma implicação genuína dos envolvidos.

A interseccionalidade não é um tema que se impõe de maneira mecânica, mas uma lente que amplia a percepção sobre as interações estabelecidas nos atendimentos e na própria supervisão. Questões raciais, de gênero e de classe social frequentemente aparecem nas falas dos estagiários, mas nem sempre de maneira explícita. Inicialmente, minha abordagem era mais indireta, trazendo esses temas conforme surgiam nas discussões de caso. No entanto, percebi que essa estratégia exigia uma atenção exaustiva e, muitas vezes, deixava lacunas importantes. Por isso, passei a adotar perguntas mais diretas: Como você percebe a relação de classe entre você e seu cliente? O que a raça significa nesse atendimento? Como os aspectos culturais e religiosos podem estar influenciando essa relação? Essas questões ajudam os estagiários a desenvolver uma

escuta mais atenta e a reconhecer que as relações terapêuticas nunca acontecem em um vácuo social.

Ainda assim, promover esse olhar crítico requer um cuidado contínuo para que a supervisão não se torne um espaço de desconforto paralisante, mas sim de construção coletiva. Garantir um ambiente de segurança é essencial para que o processo de supervisão se desenvolva de forma efetiva — especialmente quando se adota um olhar interseccional. Compreendemos que só é possível aprofundar questões relacionadas às identidades e promover uma comunicação franca quando há um espaço em que ambas as partes, supervisor e supervisionando, se sintam acolhidas e protegidas (15). Cabe, então, ao supervisor a responsabilidade de cultivar um contexto baseado na confiança mútua e no respeito, favorecendo a expressão de pontos de vista diversos, inclusive aqueles que podem gerar tensão ou desconforto.

Esse tipo de ambiente vai além da simples ausência de críticas ou julgamentos: trata-se de sustentar uma postura de escuta genuína, empatia autêntica e valorização das diferentes vivências trazidas para o espaço supervisionado. A ideia de segurança relacional (8) é central para reduzir os impactos que as desigualdades de poder podem exercer na relação de supervisão. Se queremos que os estagiários sejam capazes de lidar com as complexidades da clínica de forma ética e sensível, precisamos oferecer um ambiente onde eles possam explorar suas dúvidas, reconhecer limitações e se permitir crescer. É nessa troca, na coragem de questionar e na disposição para enfrentar os desafios da prática, que se constrói uma supervisão verdadeiramente transformadora.

Uma experiência vivida em supervisão ilustra bem a complexidade dessa abordagem. Uma estagiária branca atendia uma mulher negra, que compartilhava seu sofrimento diante do racismo que sofria de uma professora branca. Em certo momento, expressando o peso dessa vivência, a cliente disse: "Eu sofro racismo de pessoas como você." A estagiária foi pega de surpresa, sentiu um grande desconforto, mas tentou acolher a experiência da cliente sem invalidá-la.

Na supervisão, ela trouxe esse episódio, relatando seu incômodo e, principalmente, o impacto de ter sido racializada como branca pela primeira vez. Para ela, foi uma inversão inesperada de perspectiva: ao longo da vida, sua branura nunca havia sido nomeada, tampouco associada a um papel opressor. Acolhemos esse desconforto na supervisão, mas sem minimizar a questão. Falamos sobre como era compreensível que a cliente sentisse dificuldade em confiar em uma terapeuta que, socialmente, representava seu alvo. Ao mesmo tempo, discutimos como a estagiária poderia lidar com essa questão de maneira ética e sensível, sem que a supervisão reproduzisse o pacto narcísico da branquitude (16) - ou seja, sem que, como supervisora branca, eu desviasse o foco da discussão para o desconforto da estagiária ou buscassem protegê-la da experiência de ser confrontada com seu lugar racializado.

Nas sessões seguintes, a relação entre a estagiária e a cliente começou a mudar. Depois de nomear aquilo que antes ficava subentendido, puderam, enfim, falar do "elefante na sala". A supervisão não apenas ajudou a estagiária a sustentar esse diálogo difícil, mas também abriu espaço para que a terapia se tornasse mais autêntica e significativa para ambas.

Outro caso que trouxe reflexões importantes ocorreu quando um estagiário negro, homossexual e de classe baixa atendeu um cliente que ocupava uma posição social bastante distinta da sua: um homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão, graduado e de classe média. Nos relatos do cliente, era possível perceber um modo de existir atravessado pelos privilégios que ocupava—alguém cuja trajetória foi amplamente facilitada pelas estruturas sociais (17).

Na supervisão, discutimos o desafio de exercer atitudes como consideração incondicional e compreensão empática diante de assimetrias de poder tão evidentes. Não se tratava apenas de reconhecer as diferenças entre terapeuta e cliente, mas de lidar com o peso de um encontro em que um carregava na pele e na experiência os efeitos da exclusão, enquanto o outro transitava pelo mundo sem precisar questionar seu lugar de pertencimento. Nomear esse desconforto em supervisão foi, para o estagiário, um exercício de congruência—um movimento fundamental para que ele pudesse se posicionar de maneira autêntica diante do que sentia, sem precisar negar sua própria experiência para cumprir um ideal de terapeuta neutro.

Ao trazer essa vivência para a supervisão, ele se fortaleceu para estar com o cliente sem se ver diminuído por essa dinâmica. Com o tempo, a relação terapêutica se consolidou, e o estagiário encontrou maneiras de abordar essas questões de forma ética e cuidadosa. Em alguns momentos, pôde pontuar com o cliente que muitos de seus posicionamentos diante da vida estavam diretamente ligados ao fato de ocupar um lugar de privilégio. Longe de ser uma afronta, essa nomeação possibilitou que o cliente compreendesse que sua forma de experienciar o mundo não era apenas fruto de sua singularidade, mas também de sua posição na estrutura social. Foi um movimento delicado, mas transformador, permitindo que a terapia se tornasse um espaço mais honesto e produtivo para ambos.

Acredito que formar psicólogos implica prepará-los para lidar com a complexidade da experiência humana em sua totalidade, sem ignorar as dinâmicas sociais que moldam a subjetividade e o sofrimento. A supervisão, nesse sentido, vai além da análise de casos e do desenvolvimento de habilidades técnicas: ela se torna um espaço de sensibilização e reflexão crítica. Ao trazer as interseccionalidades para o centro da conversa, não apenas ampliamos a compreensão clínica dos estagiários, mas também os ajudamos a desenvolver uma prática mais consciente, ética e comprometida com a justiça social. Esse processo exige um olhar atento para as relações de poder e um compromisso contínuo em tornar visível o que, muitas vezes, permanece silenciado. Afinal, é na possibilidade de nomear e elaborar essas tensões que se constrói um exercício profissional mais íntegro e transformador.

Em suma, a experiência de supervisão com estudantes demonstra que a integração da lente interseccional à ACP não apenas expande a compreensão clínica em relação à diversidade das experiências dos clientes, mas também oferece um espaço crucial para que futuros terapeutas desenvolvam uma autoconsciência crítica sobre seus próprios lugares sociais e como estes modulam sua escuta e sua prática. Ao fomentar a reflexão sobre as dinâmicas de poder e ao acolher as complexidades identitárias tanto dos estudantes quanto dos clientes, a supervisão se torna um processo formativo mais rico e ético, preparando profissionais mais sensíveis e engajados com a realidade social em que atuam.

Supervisão no desenvolvimento profissional

Na sequência desse diálogo, continuamos com o compartilhamento de outra qualidade de experiência com supervisão, agora no âmbito privado, voltada para profissionais que já atuam como psicoterapeutas. Nesse caso, o grupo faz parte do projeto [parte omitida para não identificar a autoria], onde os encontros acontecem na modalidade remota e comporta até oito participantes, por meio de ciclos semestrais com cinco meses de duração. Esse grupo já existe há quatro anos, sendo que a cada ciclo ele se renova parcialmente, preservando parte da sua composição, mas sempre se atualizando com novos participantes.

Um importante aspecto que qualifica essa experiência de maneira muito específica – e que certamente impacta no processo como um todo – é o fato de que toda a divulgação é feita desde o início evidenciando o olhar interseccional trazido pelos supervisores. Dessa forma, a pessoa que se inscreve interessada em integrar o grupo costuma ser atraída pelo interesse em desenvolver sua prática a partir desse olhar. Ainda assim, sempre é feita uma conversa prévia para alinhamento de expectativas, onde se explicita nossa opção por uma prática em ACP que olha atentamente para a interação pessoa-cultura, em que supervisores, supervisionandos e clientes são vistos em intersecção de raça, classe, gênero, idade e qualquer outro fator que se destacar no fenômeno.

Nesse trabalho a supervisão é facilitada por duas pessoas negras: eu, uma mulher parda, em parceria com um homem preto. Ambos somos cisgênero, heterossexuais e nordestinos (embora residindo em estados distintos). Temos em comum uma história de experiências práticas e acadêmicas voltadas para a psicologia social e comunitária (18-22), de forma que foi impossível evitar que a nossa visão de pessoa e a nossa prática clínica fosse permeada por autores como Vilma Piedade, Frantz Fanon, Sueli Carneiro, Aimé Césaire, Maria Aparecida Bento, Achille Mbembe, Neusa Santos, e tantas outras e outros. Temos nos dedicado, portanto, a fazer dialogar a ACP – que na sua origem não apenas não considerava a cultura como parte do que é a pessoa, mas também buscava ultrapassar as interferências culturais por meio da busca por uma relação horizontal – com a nossa experiência em uma Psicologia que considera história, cultura, estruturas e desigualdades. A publicação do texto [parte omitida para não identificar a autoria] foi um primeiro passo no sentido de encontrar repertório para racializar terapeuta e cliente no processo.

Outro ponto relevante sobre a dupla que facilita a supervisão é que, contrariando as expectativas e probabilidades, somos dois profissionais negros cujo sustento financeiro é oriundo inteiramente (ou em grande parte) da clínica particular. Foi importante, então, revisitar a nossa trajetória para compreender que fatores contribuem para que a nossa clínica seja sustentável. De maneira objetiva, percebemos que só pudemos nos desenvolver

bem como psicoterapeutas a partir do momento em que passamos a reconhecer a influência da nossa história e da nossa bagagem no nosso olhar para a outra pessoa, incorporando tudo isso no aqui-e-agora da relação. Assim, por meio de uma práxis dedicada, temos podido incluir principalmente os aspectos raciais, corporais e culturais de maneira geral na construção de uma relação empática onde a terapeuta também comparece como uma pessoa inteira, uma PluriPessoa cheia de nuances.

Consideramos que, para que uma clínica humanista seja sustentável, é fundamental prestar atenção a quatro pontos essenciais que configuram a modelagem do negócio. Os três primeiros são **serviço, comunicação e finanças** (24), e a experiência nos mostrou a importância de um quarto pilar: a **conexão**. Assim, é essencial empreender o esforço de compreender profundamente o que realmente estamos fazendo junto aos nossos clientes (o serviço) e estabelecer parâmetros que nos permitam avaliar conjuntamente o processo. Essa tarefa nos capacita a comunicar com mais segurança o que fazemos, seja na relação com os clientes, nas redes sociais ou em qualquer outro espaço em que precisemos falar sobre nosso trabalho. Além disso, nada se sustenta bem se não conseguirmos estruturar, na prática, todo o universo burocrático de agenda, horários e finanças de forma que o trabalho suporte a vida (e não o contrário). Para criarmos um modelo de negócios humanista que acolha quem somos, o papel da conexão com nossos pares é crucial, pois o diálogo honesto e vulnerável facilita o equilíbrio entre **enraizamento e abertura**.

Na busca por enraizamento, procuramos facilitar aos participantes a construção de uma prática clínica realmente ancorada ética e politicamente, em que nossas raízes, valores e histórias sejam dignamente honradas. Isso significa que, na abordagem da autenticidade, é importante que possamos comparecer com tudo que nos constitui, tornando a clínica um lugar de autorrealização também para o terapeuta, não apenas para os clientes. Na prática, a realidade sociocultural do terapeuta não só pode como deve participar da construção da relação, de maneira honesta e responsável, facilitando a prática acpista da congruência, em que a terapeuta não precisa esconder aspectos importantes seus diante dos clientes, ainda que não sejam o foco da relação.

Observamos com frequência profissionais que se sentem constrangidas e constrangidos a revelar em supervisão o que realmente sentem por algum cliente, o que pensam a respeito dele. Ou nem sempre são totalmente francas sobre as intervenções realizadas, com medo de julgamentos por parte de supervisores e supervisoras. Em um grupo que se propõe diretamente a uma sensibilidade tão especial às singularidades de contexto, alguns desses temas parecem ser mais fáceis de abordar, pois já que “não somos pessoas funcionando plenamente, somos todos pessoas mais ou menos desajustadas” (25, p.64), é fundamental que criemos um clima realmente facilitador para que os vieses naturais de cada terapeuta possam ser contemplados e, assim, que cada qual possa construir e

fortalecer a sua identidade profissional única, com o seu lugar de escuta e partir do chão onde pisa.

Evidentemente, nossa base teórica principal é a ACP, iniciada por Carl Rogers. Mas consideramos que a teoria é viva e que é preciso que dialoguemos com as questões do nosso tempo, no sentido de atualizar a nossa prática humanista na direção fundamental, que é o cliente. Por isso, buscamos equilibrar enraizamento e abertura, conectando o antigo (as bases) e o novo, com atenção à diversidade e às transformações humanas. A cultura sempre renova as palavras para falar dos fenômenos e nosso funcionamento psíquico se desenvolve junto com ela. Assim, os estudos sobre estruturas sociais, história, racialização, especificidades de classe, as novas descobertas das neurociências ou quaisquer outros novos nomes que a cultura nos traga, vão nos ajudar a, junto com o cliente, nomear as suas experiências. Em busca do citado equilíbrio, buscamos aprofundar mais ainda as nossas raízes centradas na pessoa para que possamos nos abrir diante do novo tão necessário, pois

Nomear o que sentimos é o começo da capacidade de processar uma experiência, pois, quando conseguimos colocar palavras em nossos movimentos internos, damos contorno para as sensações e sentimentos. É como se elas ganhassem um continente para existir em vez de ficarem boiando perdidas em um mar agitado dentro de nós. Isso delimita a experiência emocional, tornando mais possível lidar com ela (26, p. 118-119).

Nos dedicamos, ainda, a considerar que a relação terapêutica acontece entre duas pessoas culturais, contextuais. Para isso, propomos a ampliação de uma ética da igualdade para uma ética da diferença (28), que funciona tal qual um convite para aprendermos a trabalhar e compreender o nosso trabalho a partir de uma noção radical de que somos incuravelmente diferentes. Exercitamos, por exemplo, nos familiarizar com um olhar de estranhamento em que supervisores são diferentes entre si e se diferenciam dos supervisionados, que, da sua parte, são instados a ver seus consulentes a partir de suas outridades. É um grupo onde as relações de poder são consideradas e onde se busca sempre renovar a pergunta genuinamente interessada: “o que há de diferente aqui?”

Por meio, então, da explicitação das diferenças, buscamos acolher as experiências das supervisionandas, pois, da mesma forma que a experiência do cliente deve ser acolhida, nomeada e aprofundada, assim também a experiência do terapeuta pode se tornar ainda mais viva e presente se pudermos falar dela com segurança. Então, faz parte do processo de supervisão auxiliar a que a terapeuta encontre sua maneira de compreender aquilo que faz, a fim de validar e aprimorar sua atuação. Assim a capacidade de falar seguramente do seu próprio trabalho melhora consideravelmente, seja em ampla divulgação, ao ser abordada diretamente por possíveis clientes ou ao longo do relacionamento terapêutico.

Acompanhar psicoterapeutas na construção da sua identidade profissional única é um privilégio que também nos faz olhar para nós, percebendo – na diferença – o que nos faz ser quem somos. É bastante satisfatório ver cada qual encontrar sua forma pessoal e intransferível de ser psicoterapeuta, fortalecendo dessa forma sua segurança e sua autoestima em validar o que faz, por ter encontrado maneiras mais adequadas para se dizer. A supervisão para profissionais se mostra um LabOratório potente em que olhamos para o nosso trabalho (Labor) e experimentando as melhores palavras para falar dele (Oratório). Uma das consequências desse processo, além de uma melhor satisfação em fazer o que se faz é poder se organizar materialmente a partir do trabalho com a clínica.

Esse aspecto é radicalmente distinto da supervisão para estudantes, pois a supervisão com profissionais precisa incluir a lida com os assuntos mais práticos do dia a dia: especificação, contrato, registro, organização de tempo. Em suma: como modelar um negócio que tenha uma base humanista sólida, em que as minhas complexidade e singularidade sejam consideradas e que seja sustentável financeiramente? São assuntos pouco abordados na ACP, mas que se tornam cada vez mais relevantes no momento atual, em que a clínica passou a ser uma possibilidade concreta de realização, inclusive financeira, para muitas pessoas que não ousavam sonhar com essa possibilidade. No nosso grupo vemos como adequado e desejável sermos boas terapeutas, sabermos falar bem do nosso trabalho e podermos sustentar adequadamente a nossa vida material a partir dele.

Esse ponto é, inclusive, uma pauta cujos atravessamentos de raça e classe são bastante relevantes. Muitas pessoas racializadas e/ou de origem pobre que nunca puderam pagar bem pelas suas próprias psicoterapias e que são as primeiras graduadas da família comumente se veem presas em dinâmicas abusivas de planos de saúde sem conseguir ir além do polêmico “atendimento social”, sem encontrar espaço para o seu próprio crescimento econômico. Por esse e outros motivos, equilibrar nossos compromissos coletivos com a nossa realização profissional é tão importante e não pouparamos espaço para falar desse assunto, quando surge. Reconhecemos o potencial emancipatório da ACP, mas, no mundo em que vivemos, não é possível emancipação pessoal sem emancipação financeira. E, se a ACP desde a sua origem trabalha pelo princípio da liberdade, que é tão caro para nós, isso certamente deve começar pelas psicoterapeutas.

Os desafios de uma sensibilidade interseccional na prática ACPista são inúmeros, pois a cada novo aspecto a ser considerado na relação terapêutica, novas camadas de complexidade se abrem. E, se adicionamos a isso, a camada da supervisão, o desafio aumenta exponencialmente. Porém nunca nos pareceu maior do que antes, quando achávamos que víamos realmente “a pessoa como um todo”. Hoje, ao admitir nosso lugar limitado de escuta, podemos comparecer na relação com mais integridade, ampliando ao máximo o nosso olhar, mas sempre admitindo os limites da estrutura, da cultura e do poder.

Certamente ainda estamos encontrando as melhores palavras para falar dessas experiências, de forma que este artigo também é uma espécie de LabOratório, mas “Na medida em que aprendemos a suportar a intimidade da investigação e a florescer dentro dela, na medida em que aprendemos a usar o resultado dessa investigação para dar poder à nossa vida, os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começam a perder seu controle sobre nós.” (28, p 45). Então, toda experiência que procuramos traduzir em palavras é certamente um valoroso exercício da práxis que buscamos para renovar, com o apoio dos novos nomes que a cultura oferece, uma prática libertadora dentro da ACP. Porque se essa abordagem nasceu em busca de liberdade, é com liberdade para pensar que buscamos continuar nos libertando a partir dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a perspectiva da interseccionalidade na supervisão clínica revela-se um caminho promissor para a formação e o desenvolvimento de psicoterapeutas mais conscientes e sensíveis à complexidade da experiência humana. As experiências compartilhadas, tanto na supervisão de estudantes quanto na de profissionais, evidenciam que a incorporação da lente interseccional enriquece a compreensão das dinâmicas terapêuticas, antes frequentemente obscurecidas por uma visão universalizante da subjetividade.

Na formação de estudantes, a supervisão que integra a interseccionalidade se torna um espaço fundamental para desnaturalizar as desigualdades sociais e fomentar uma escuta clínica mais atenta às múltiplas camadas que constituem a identidade de cada cliente. Ao serem convidados a refletir sobre seus próprios marcadores sociais e sobre como estes influenciam sua prática, os futuros terapeutas desenvolvem uma postura mais humilde e engajada diante da diversidade.

No âmbito profissional, a supervisão com um olhar interseccional possibilita que terapeutas já atuantes revisitem suas práticas, reconheçam seus vieses e construam uma identidade profissional mais autêntica e alinhada com seus valores. A valorização da experiência e da bagagem cultural dos terapeutas, aliada à reflexão sobre as relações de poder, contribui para uma clínica mais ética, equitativa e sustentável.

Acreditamos que a supervisão, ao se abrir para a complexidade das interseccionalidades, cumpre seu papel de espaço vivo de transformação, onde o aprendizado técnico se entrelaça com o crescimento pessoal e a construção de um olhar crítico sobre a prática. Ao reconhecer que a experiência humana é sempre atravessada por marcadores sociais que interagem de maneiras únicas, a supervisão se torna um potente instrumento para a formação de profissionais mais aptos a promoverem encontros terapêuticos genuínos e

transformadores em um mundo marcado por profundas desigualdades. O desafio reside em manter viva essa reflexão, incorporando continuamente novas perspectivas e aprofundando o diálogo sobre como as estruturas sociais moldam a subjetividade e a prática clínica na Abordagem Centrada na Pessoa.

REFERÊNCIAS

1. Crenshaw K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum.* 1989;1989(1):8:139-67. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
2. Collins PH, Bilge S. *Interseccionalidade.* Boitempo; 2021.
3. Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander E, editor. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* CLACSO; 2005. p. 227-78.
4. Rogers CR. The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. *J Consult Psychol.* 1957;21:95-103.
5. Buys RC. Supervisão de psicoterapia na abordagem humanista centrada na pessoa. *Summus;* 1987.
6. Rogers C. *Um jeito de ser.* São Paulo: E.P.U.; 1983.
7. Rogers C, Kinget M. *Psicoterapia e relações humanas.* 2^a ed. Interlivros; 1977.
8. Hernandez P, Rankin P. Relational safety in supervision. *J Marital Fam Ther.* 2008;34(1):58-74.
9. Tarshis S, Baird SL. Applying intersectionality in clinical supervision: a scoping review. *The Clinical Supervisor.* 2021;DOI: 10.1080/07325223.2021.1919949
10. Hooks B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2013.
11. Rogers C. *Tornar-se pessoa.* Martins Fontes; 1961.
12. O'Hara M. Relational empathy: Beyond modernist egocentrism to postmodern holistic contextualism. In: Bohart AC, Greenberg LS, editores. *Empathy reconsidered: New directions in psychotherapy.* American Psychological Association; 1997. p. 295-319. <https://doi.org/10.1037/10226-013>
13. Carneiro VT. Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. *Diaphora.* 2021;10(3):32-8.
14. Chantler K. Double-edged sword: Power and person-centred counselling. In: Moodley R, Lago C, Talahite A, editores. *Carl Rogers counsels a Black client. Race and culture in person-centered counselling.* Ross-on-Wye: PCCS Books; 2004. p. 116-29.
15. Proctor SL, Rogers MR. Making the invisible visible: Understanding social processes within multicultural internship supervision. *Sch Psychol Forum.* 2013;7(1):1-12.
16. Bento C. *O pacto da branquitude.* Companhia das Letras; 2022.
17. McIntosh P. White privilege and male privilege: A personal account of coming to see correspondences through work in women's studies. In: Andersen ML, Collins PH, editores. *Race, class and gender: An anthology.* Belmont, CA: Wadsworth; 1988. p. 70-81.
18. Gomes ID, Colaço VFR. Perigo, aventura e liberdade: discurso sobre risco em adolescentes autores de atos infracionais. *Rev Dir Garant Fundam.* 2016;17:353-82.
19. Gomes ID. A gente vive de sonho: sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade [dissertação]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2014.
20. Gomes ID. Socioeducação: uma invenção (de)colonial [tese]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2020. *Revistas UFRJ*

21. Silva LSA. Revitalização urbana: uma questão de raça [dissertação]. Maceió: Universidade Federal de Alagoas; 2019.
22. Gomes CAR, Silva LSA, Hüning SM. O racismo como organizador e analisador de territórios urbanos. In: Barros JPP, Rodrigues JS, Benicio LFS, organizadores. Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora; 2021. p. 25–40.
23. Gomes I. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. In: Tassinari M, Durange W, organizadores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV; 2019. p. 85-101.
24. Amuri E. Finanças para autônomos: como organizar sua vida e seu dinheiro quando você trabalha por conta própria. São Paulo: Benvirá; 2018. 208 p.
25. Schmid PF. De volta ao cliente: uma abordagem fenomenológica do processo de compreensão e diagnóstico. Em: Alves VLP, Araújo IC, Vieira EM, Samel FF, organizadores. Pessoa, En-contro e Psicoterapia: Peter Schmid e a abordagem centrada na pessoa. Curitiba: CRV; 2024. p. 63-80
26. Ribeiro E. Os tesouros que deixamos pelo caminho. São Paulo: Planeta do Brasil; 2024.
27. Teixeira T. Decolonizar valores: ética e diferença. Salvador: Editora Devires; 2021.
28. Lorde A. Irmã outsider. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2019.